



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ATA DE JULGAMENTO DE ADMISSIBILIDADE E HABILITAÇÃO

Chamamento Público: Nº 01/2026

Processo Administrativo: Nº 50/2025

OBJETO: Credenciamento de Instituições Financeiras e Entidades Consignatárias.

1. DO PREÂMBULO

Aos 31 dias do mês de março de 2026, o Agente de Contratação da Câmara Municipal de Jaguariúna, Sr. **Misael Franco Rodrigues Batista**, designado pela Portaria nº 80/2025, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, procede ao julgamento da documentação apresentada para o credenciamento em epígrafe.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E RITO DE FLUXO CONTÍNUO

Conforme estabelecido nos **Itens 4.1 e 4.2 do Edital**, o presente certame possui caráter de **fluxo contínuo**, permanecendo aberto para o recebimento de novas propostas por prazo indeterminado. A presente análise refere-se à primeira janela de verificação documental, subsidiada pelo **Termo de Conclusão** emitido pela Comissão de Credenciamento em 26/03/2026.

3. DO RESULTADO DA ANÁLISE

Após o confronto da documentação recebida com as exigências do **Item 10 do Edital**, delibera-se:

3.1. INSTITUIÇÃO APTA À HABILITAÇÃO

3.1.1. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ nº 00.360.305/0001-04): Declarada **HABILITADA** por ter instruído o processo com todos os documentos jurídicos, fiscais e técnicos exigidos nesta fase.

3.2. INSTITUIÇÕES COM INSTRUÇÃO DOCUMENTAL INCOMPLETA

As instituições abaixo relacionadas interagiram com o certame, contudo, **não concluíram a entrega da totalidade dos documentos** exigidos pelo Edital até a presente data:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 3.2.1. **Sicoob Integrado** (CNPJ: 07.122.321/0001-08);
- 3.2.2. **Banco do Brasil S/A** (CNPJ: 00.000.000/0001-91);
- 3.2.3. **Cobuccio S/A Sociedade de Crédito** (CNPJ: 36.947.229/0001-85);
- 3.2.4. **Consílio Instituição de Pagamento LTDA** (CNPJ: 41.777.949/0001-80).

4. DA CONTINUIDADE DO CREDENCIAMENTO

Fica consignado que, em razão da natureza do procedimento, as instituições citadas no item 3.2, bem como quaisquer outros interessados, poderão regularizar sua situação ou apresentar novas propostas a qualquer tempo, iniciando-se novo ciclo de análise pela equipe técnica, sem prejuízo do prosseguimento deste feito para a instituição já habilitada.

5. DO PRAZO RECURSAL E PUBLICIDADE

Abre-se o prazo de **03 (três) dias úteis** para interposição de eventuais recursos referentes a este julgamento inicial (Art. 165, I, “a”, Lei 14.133/21). O prazo terá início no primeiro dia útil subsequente a esta publicação, observando-se a suspensão do expediente em 02/04/2026 (Ponto Facultativo) e 03/04/2026 (Feriado).

Sem mais para o momento, firmo o presente.

Jaguariúna (SP), 31 de Março de 2026.

Assinado digitalmente por MISAEL FRANCO RODRIGUES BATISTA, Data: 31-03-2026 16:42:19

Misael Franco Rodrigues Batista
Agente Contratação e Pregoeiro.
Portaria 080/2025

